

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – FEVEREIRO – 2014
ANO 20 – NÚMERO 190

Começar de novo

Um novo ano desperta em nós o desejo de renovação. O esforço é o de descartar aquilo que não nos faz bem e ir em busca da concretização dos nossos sonhos. Quem acaba de cumprir pena enfrenta, à força, essa urgência de recomeçar tão logo deixa o cárcere. Conheça nesta edição algumas histórias de quem teve de se adaptar ao “mundo aqui fora”, vencer preconceitos, buscar meios de sobreviver e reatar laços afetivos.

Páginas 4 e 5

Longe das grades

A cada novo ano, recomeçar é a palavra de ordem para a maioria das pessoas. Mas, para um grupo, em especial, essa vontade tem um significado único. São aquelas pessoas que já cumpriram pena em regime fechado e têm agora a oportunidade de refazer suas vidas longe das grades. Confira nas páginas centrais relatos cheios de esperança de recuperandos e ex-recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), entidade que visa a humanização do cumprimento da pena.

A edição traz também matéria sobre a implantação da Justiça Integrada ao Povo pelo Processo Eletrônico (Jippe), que vai informatizar todos os processos judiciais de competência do TJ mineiro. Com o novo sistema, todas as peças processuais serão produzidas em formato digital. A inovação traz benefícios para o cidadão, advogados, magistrados, servidores e parceiros como o Ministério Público e a Defensoria Pública, entre outros.

Acompanhe a entrevista com o desembargador Afrânio Vilela, integrante da 2ª Câmara Cível e gestor do Núcleo de Recursos Repetitivos e de Repercussão Geral (Nurer) do TJMG. O magistrado fala de sua carreira no Judiciário de Minas e de como a história de vida do juiz pode influenciar no exercício da magistratura.

Conheça ainda o trabalho que rendeu ao magistrado Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais de Governador Valadares, o Prêmio Inovare 2013, na categoria juiz. A iniciativa, intitulada Cidadania Prisional, garante ao preso receber o benefício a que tem direito na data em que faz jus a ele.

Na página de Turismo, o destaque é a pequena Nova União. Situada às margens da BR 381, a 55km da capital mineira, a cidade é um dos destinos procurados por aqueles que apreciam artesanato, cachoeiras e festas típicas.

Boa leitura!

TJMG tem novo desembargador



Renata Caldera

Tomou posse em 18 de dezembro, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o procurador de justiça Paulo Calmon Nogueira da Gama. A solenidade foi realizada no auditório da nova sede do Tribunal, localizada na avenida Afonso Pena, 4.001, Serra. A cerimônia, prestigiada por familiares do procurador, magistrados e autoridades, foi conduzida pelo então presidente em exercício do TJMG, desembargador Almeida Melo. Paulo Calmon passou a integrar a 7ª Câmara Criminal.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Ouidor:

Desembargador Doorgal Andrada

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editores:

Lucas Loyola e Patrícia Melillo

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Cristina Baía Marinho

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Erramos

A apresentação de final de ano do Coral Infantojuvenil do TJMG foi no dia 17 de dezembro, na nova sede do Tribunal de Justiça, que fica na Avenida Afonso Pena 4001, no bairro Serra, e não no dia 9, no Palácio da Justiça, conforme informamos no editorial da edição de dezembro.

TJMG se moderniza com processo eletrônico



Marcelo Albert

Jippe
JUSTIÇA INTEGRADA AO POVO
PELO PROCESSO ELETRÔNICO

Para o desembargador Almeida Melo, o Jippe irá simplificar o trabalho e tornar a prestação jurisdicional mais eficiente

Wilson Menezes

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) dá mais um importante passo rumo à excelência em sua missão de agilizar a prestação jurisdicional. Com a edição da Resolução 740/2013, consolida-se, no TJMG, mais um avanço decisivo em direção a uma inovação que beneficiará o cidadão, advogados, magistrados, servidores e parceiros como o Ministério Público e a Defensoria Pública, entre outros.

Trata-se da implantação da Justiça Integrada ao Povo pelo Processo Eletrônico (Jippe), dia 24 de fevereiro, que vai informatizar todos os processos judiciais de competência do TJ mineiro. Com o processo eletrônico, todas as peças processuais serão produzidas no formato digital PDF (portable document format) e ficarão disponíveis no Portal do Processo Eletrônico para os operadores do direito.

Para o 1º vice-presidente e superintendente judiciário, desembargador Almeida Melo, “o Jippe arrostou dificuldades e embaraços e constituiu o grande avanço dos últimos meses. Com o processo eletrônico, são superadas as barreiras da distância, da comunicação, do transporte e dos lugares, sendo possível produzir-se direito mais que processo e atender ao jurisdicionado sem limitações convencionais que se encontram ultrapassadas. O processo eletrônico pode organizar bem a jurisprudência e cria condições de trabalho com a participação simultânea de múltiplas frentes de ação. É ele a marca do novo na Justiça brasileira e deverá

ser modelo para o futuro da Justiça estadual numa verdadeira Federação, na qual o discurso será desenvolto, solidário, ao alcance de todos os protagonistas do processo”.

O desembargador Almeida Melo enfatiza que “o Jippe é a integração racionalizadora do portal do TJMG com o Siap e o Themis, três instrumentos vitoriosos que passarão a funcionar harmonicamente

O tão esperado processo eletrônico será implantado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 24 de fevereiro

conjugados para que o virtual supere limites. Trata-se da otimização e do aperfeiçoamento de sistemas e recursos que se encontram implantados e que podem trabalhar em amigoso diálogo”.

O processo eletrônico em Minas será implantado em duas fases: inicialmente, serão contemplados

todos os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça, os recursos internos e os agravos de instrumento; em médio prazo, o processamento eletrônico se estenderá às apelações.

A autenticidade e a integridade das peças processuais serão garantidas por sistema de segurança eletrônico com uso de certificação digital (ICP-Brasil). Todos os atos praticados no processo eletrônico serão registrados com a identificação do usuário, a data e o horário da sua realização.

Portal

A partir da implantação do processo eletrônico, as petições e os recursos interpostos contra decisões proferidas serão recebidos exclusivamente de forma eletrônica. Entre eles estão a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade, o agravo de instrumento cível e criminal, a ação rescisória, o mandado de segurança.

O processo eletrônico será acessado por meio do Portal do Processo Eletrônico, por qualquer profissional legalmente habilitado e credenciado mediante uso de certificação digital (ICP-Brasil) ou de login e senha fornecidos pelo Tribunal de Justiça e, nos sistemas internos, por desembargadores, juízes, servidores, funcionários e auxiliares da Justiça autorizados pelo TJMG.

Presos buscam um novo começo de vida fora das grades

Marcelo Albert



Depois de seis anos no sistema prisional comum, J. teve a chance de um recomeço quando foi encaminhado para uma Apac, onde começou a trabalhar como professor dos recuperandos

Daniele Hostalácio

Um novo ano sempre suscita em nós o desejo de renovação. O esforço é de deixar para trás tudo aquilo que não nos faz bem e nos munir daquilo que pode nos tornar melhores. O passado contém a nossa história, em incontáveis dias acumulados, feitos de dores e alegrias; o futuro se mostra igualmente composto de outras inumeráveis jornadas, abrindo-nos infinitas possibilidades. Mas é no presente, que dura apenas o instante em que lemos estas linhas, que podemos atuar, promovendo as mudanças necessárias.

Quem perdeu manhãs de sol, noites de verão, aniversários de familiares, natais, encontros de amigos na solidão superlotada de uma prisão enfrenta, à força, essa urgência de recomeçar, tão logo deixa o cárcere. Para esses, o recomeço é imposto e não é fácil. É preciso se readaptar ao “mundo aqui fora”; saber se desvincular de um passado com episódios de que não se orgulham; buscar novos meios de sobreviver; tentar reatar laços afetivos com familiares e amigos... É preciso, principalmente, acreditar na possibilidade de construir uma nova história, sem os erros de outrora.

J.P.C.C., que prefere não se identificar, sabe muito bem a coragem que esse recomeço exige. Em 2007, aos 24 anos, ele foi preso em Portugal e sentenciado a 20 anos de prisão em regime fechado. Do outro lado do Atlântico, J. trabalhava em uma empresa de geotecnia e sonhava em se tornar jornalista, quando um passo em falso interrompeu todos os seus planos. Longe da família, cumpriu três anos de prisão naquele país e, enviado ao Brasil, continuou cumprindo a pena em um presídio comum. “Foram quase seis anos em regime fechado”, conta. Entrou numa cela aos 24 anos; saiu de outra aos 30.

Luz no fim do túnel

“Na penitenciária Nelson Hungria, não quis que meu filho me visitasse. Meu pai vinha a cada 15 dias, pois aquela situação era muito difícil para ele. E minha mãe ficou tão abalada das poucas vezes em que foi até lá, submetida às revistas, que combinamos de ela não me ver mais”, conta. Foram tempos difíceis, até que, no meio do caminho, surgiu a Associação de Proteção e Assistência aos

Condenados (Apac), iniciativa que integra o Programa Novos Rumos na Execução Penal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e que visa a humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade.

“As minhas perspectivas de recomeço, no sistema prisional comum, eram pequenas. Eu era apenas um número; acordava, recebia refeição e mais nada, além do banho de sol duas vezes por semana, por duas horas”, lembra. Na Apac de Santa Luzia, para onde foi encaminhado, ele conseguiu enxergar uma luz no fim do túnel. “Ali pude receber visita dos familiares, pois o clima era outro, e tive acesso a livros, retomando os estudos. Pouco depois, comecei a trabalhar como professor, alfabetizando outros recuperandos”, conta.

O desejo de reerguer-se e de trilhar um caminho digno era forte e foi o vetor da mudança. Hoje, tendo abraçado as oportunidades que o sistema lhe ofereceu, J. recebeu a liberdade condicional, está no quinto período de pedagogia e é supervisor do curso de alfabetização da Apac de Santa Luzia. Atua também como educador social em uma ONG que mantém um lar para menores, pois decidiu que



O ex-recuperando Carlos Alexandre Soares é inspetor de segurança da Apac de Santa Luzia



Hoje, já tendo quitado seu débito com a Justiça, Everton Santos trabalha como padeiro

quer “fazer a diferença na vida das pessoas”. “Isso é algo que tem me fascinado, é uma realização pessoal. Estou disposto a recuperar o tempo e ajudar outras pessoas, pois acreditaram em mim, me deram outra chance, então sei como isso pode mudar a vida de alguém”, declara.

Carlos Alexandre Miranda Soares também se sente uma testemunha viva de que é possível promover uma guinada na vida. Em 2004, ele foi preso por homicídio. “Tinha pela frente uma sentença longa a cumprir: 18 anos. Achei que não tinha mais chance na vida, que o caminho do crime não teria volta, que eu não teria o perdão da minha família, nem de Deus, nem da sociedade”, recorda-se. Foi na religião que ele buscou a salvação. “Comecei a ler a Bíblia e prometi mudar. Fiquei no sistema prisional comum mostrando que era outro, por meio de bom comportamento. Assumi tudo o que tinha feito de errado, pois eu estava muito arrependido, e coloquei na minha cabeça que a verdade é o mais importante, que Deus, no tempo dele, iria me tirar da prisão”, conta.

Cerca de três anos depois, ele se tornaria o primeiro recuperando da Apac de Santa Luzia. Pouco depois, cumpriu pena em albergue e, em seguida, novamente na Apac. “Saí de lá melhor do que entrei”, afirma. “Lá existe essa ideia de que recuperando toma conta de recuperando, isso era novo para todos nós. Pude voltar a estudar e concluir o ensino médio e fiz curso de auxiliar administrativo.

Comecei a trabalhar como servente de pedreiro – foram dois anos e quatro meses fichado”, orgulha-se.

Atualmente, Carlos Alexandre cumpre prisão domiciliar e é inspetor de segurança da Apac de



É impossível voltar atrás e remediar o que aconteceu; não tem volta. Mas nunca é tarde pra mudar



Santa Luzia. “É muito bom ter cumprido pena ali e, agora, voltar em outra situação, para trabalhar”, completa. Cheio de planos, ele conta que em 2014 fará um curso de inglês. “Quem ainda está na prisão e me conheceu passa a ter esperança, pois, se eu consegui mudar minha vida, outros também podem”, declara.

Tempo de mudar

Foi às vésperas do Natal de 2004 que Everton José Vieira Santos, então funcionário de uma indústria automobilística, foi preso por tráfico de drogas. “A sentença foi de oito anos. Perdi emprego, adiei sonhos”, conta. Depois de um tempo em presídio comum, foi para a Apac de Nova Lima e ali descobriu o ofício de padeiro. Hoje, já tendo quitado seu débito com a Justiça, além de trabalhar como padeiro, ele ensina a profissão a outros recuperandos.

O preconceito contra egressos do sistema penitenciário é ainda uma das maiores dificuldades para um recomeço de vida com dignidade. “É difícil, a sociedade nos olha diferente. Mas eu paguei o que devia, não devo nada a ninguém”, diz Everton, convicto de que tem direito a uma nova vida. “Eu não fico preso ao passado, mas não há um dia sequer que não me lembre do que aconteceu, dos meus dias na prisão. Faço isso porque dali eu tirei, e ainda tiro, muitas lições. Olho, mas sigo em frente”, ensina o padeiro.

Sobre os ensinamentos legados pelo passado, o futuro pedagogo J. também teve muito tempo para refletir. “É impossível voltar atrás e remediar o que aconteceu; não tem volta. Mas nunca é tarde pra mudar. É importante as pessoas saberem, no entanto, que o momento de recomeçar exige de nós muita humildade. Mas posso garantir que vale a pena”, declara, certo de que dias melhores virão. “Com o tempo, vem a recompensa”, conclui.

Sensibilidade e funções administrativas marcam trajetória

Daniele Hostalácio

Uma família marcada por uma história trágica envolvendo a Justiça. Avô, pai e tios do desembargador Afrânio Vilela foram condenados pelo assassinato de um tio-avô dele, ocorrido em 1927. A saga dessa família para provar sua inocência, mesmo depois de cumprir penas e de perder os seus bens, predestinou o desembargador a seguir a magistratura. Em 1985, ele se formou em direito pela Universidade Federal de Uberlândia, realizando um sonho do pai, que, décadas depois da injustiça, pôde finalmente ver o verdadeiro assassino confessar o crime. O processo para que recuperassem o patrimônio confiscado arrastou-se por anos, mas ele via no pai a crença na Justiça, na qual a família depositou todas as esperanças. Nascido em Ibiá, o desembargador declara: “O juiz traz para a magistratura a sua história de vida. A minha biografia fez com que eu tivesse mais sensibilidade para com as causas consideradas impossíveis. Essa sensibilidade nasceu do sofrimento da minha família”. Desembargador desde 2005, o magistrado atuou nas comarcas de São João del-Rei, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Resende Costa, Bom Sucesso, Contagem e Belo Horizonte e ocupou cargos administrativos no Judiciário. Integrante da 2ª Câmara Cível, atualmente ele é o gestor do Núcleo de Recursos Repetitivos e de Repercussão Geral (Nurer) do TJMG.

TJMG Informativo – O senhor foi presidente de turma recursal, juiz do Tribunal de Alçada, juiz corregedor do Estado de Minas Gerais, superintendente da Central de Mandados e juiz diretor do Foro de Belo Horizonte e de Contagem. De que maneira essas experiências enriqueceram sua atuação como desembargador?

Desembargador Afrânio Vilela – Minha trajetória no Judiciário é voltada para a esfera administrativa. Nessas funções, convivi diretamente com as dificuldades dos colegas juizes, dos servidores e das partes, em função da escassez de recursos frente a uma demanda enorme pela decisão judicial, numa época em que a nova Constituição da República começava a ser efetivamente aplicada. Foram experiências que enriqueceram minha vida de magistrado, e muito.

A trajetória do senhor revela preocupação com a formação dos estudantes de direito, uma vez que foi autor do projeto que instituiu o estágio para acadêmicos junto aos juizes da Justiça comum e dos Juizados Especiais. Essa é uma questão que o sensibiliza?

Sempre estive voltado para a formação dos estudantes, especialmente de direito. Fui estagiário no Núcleo de Assistência Judiciária e depois monitor na Universidade Federal de Uberlândia, na área de processo civil, e recebi de meus professores ensi-

namentos e incentivos para seguir a magistratura. Também lecionei por alguns anos. Por isso, estou próximo aos acadêmicos. Propus o convênio que possibilitou que, primeiramente, acadêmicos da PUC-Contagem fizessem estágio nos Juizados Especiais de Contagem, os primeiros a funcionarem em Minas Gerais. Quando fui promovido para Belo Horizonte, e então como juiz diretor do Foro, ocorreu-me fazer um projeto para aproveitamento dos estagiários perante o gabinete do juiz. Hoje temos essa importante fonte de interação entre a academia e a prática judiciária, formando operadores do direito comprometidos com a verdade real e sabedores do que envolve a magistratura. Até então, o estágio limitava-se à Secretaria do Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Alçada.

O senhor foi designado pela presidência do Tribunal como gestor do Nurer. O que vem a ser o núcleo?

O Nurer é órgão de acompanhamento dos processos e dos recursos que causem repetição de temas e teses, com a finalidade de, uma vez identificados, serem eles escolhidos pela presidência e pela vice respectiva, para submetê-los ao tribunal superior como paradigmáticos. Assim, caberá ao relator no Superior Tribunal de Justiça ou no

Supremo Tribunal Federal acolher ou não a indicação. Caso acolhido, o relator pode determinar a suspensão do trâmite dos recursos, especial ou extraordinário, e até mesmo dos de apelação, perante as câmaras, para que o julgamento final seja uniforme e pacifique a controvérsia. Esse é trabalho diário e de pesquisa nos diversos setores do TJ, inclusive contando com a imprescindível ajuda dos desembargadores, que podem apontar recursos com essa característica. Quando escolhido, o processo é encaminhado ao tribunal superior, que lhe outorga maior celeridade, até porque a decisão repercutirá em milhares de outros, gerando economia em todos os sentidos, além de cumprir os preceitos do artigo 37 da Constituição da República, acelerando a prestação jurisdicional.

E que balanço o senhor faz desses primeiros meses do núcleo?

O Nurer do TJMG estruturou-se a partir de agosto passado, com disponibilização, pelo presidente Herculano Rodrigues, de espaço e de servidores, que devem ser efetivos, de acordo com as regras. Porém, desde fevereiro, o núcleo tem participado ativamente das reuniões com os demais núcleos, buscando inovações. O balanço é positivo.



Marcelo Albert

■ A trajetória do desembargador Afrânio Vilela no Judiciário mineiro sempre foi mais voltada para a esfera administrativa



O juiz Thiago Colnago Cabral (direita) recebeu a premiação em solenidade realizada em Brasília

Juiz é premiado por inovação na área da execução penal

Francis Rose

Garantir que o preso receba o benefício a que tem direito, exatamente na data em que faz jus a ele. Esse foi o tema da prática apresentada ao Instituto Innovare pelo juiz Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Penais de Governador Valadares. A iniciativa, intitulada Cidadania Prisional, foi agraciada com o Prêmio Innovare 2013 na categoria juiz.

A proposta do magistrado consiste, basicamente, em uma mudança na metodologia de trabalho na vara de execução penal, fazendo uso de ferramentas que já estão disponíveis nas comarcas. A adoção do novo esquema de trabalho gerou resultados muito positivos em Governador Valadares, onde o procedimento foi usado ao longo de 12 meses. “Nas varas de execução, já existe uma ferramenta no sistema operacional que gera um relatório mensal com a lista de condenados que têm direito a algum benefício, como a progressão de regime”, explica o magistrado.

Anteriormente, apenas quando o sistema gerava o relatório mensal, iniciavam-se as providências para avaliar a condição do preso e determinar quais seriam as concessões. Muitas vezes, isso levava o preso a aguardar até 90 dias para uma definição, período em que ele já poderia estar usufruindo do benefício. “Em Governador Valadares, chegamos a encontrar situações extremas em que os presos aguardavam uma definição há oito ou nove meses”, disse o juiz. Esse cenário incentivou a mudança.

Com a metodologia proposta pelo magistrado, o relatório passou a ser gerado 60 dias antes do usual, com a marcação automática de uma audiência para o dia em que o preso tem direito ao benefício. Nessa audiência, se reúnem o condenado, o juiz e todas as partes interessadas, como defensores, promotores e outros. “Tudo é resolvido nesse momento e o preso já pode sair com o alvará de soltura”, detalha Thiago.

Quando não havia a previsão de realização da audiência, o magistrado conta que o procedimento era demorado, já que o processo era encaminhado para todas as partes envolvidas, observando-se os prazos devidos a cada uma delas. Até que todas se manifestassem processualmente e a ação retornasse para o magistrado tomar a decisão final, vários meses podiam se passar.

Oralidade

O juiz explica que a lei prevê várias hipóteses para o uso da oralidade. E, em Governador Valadares, que tem população carcerária em torno de 1,6 mil pessoas, ele a adotou no momento das audiências, que é a ocasião em que todos fazem as manifestações necessárias e tudo é registrado em ata. Sem a necessidade do vaivém do processo, com o cumprimento de prazos, diminuem-se os atos processuais e a decisão já é proferida pelo magistrado no fim da audiência. “A eficiência dessa medida foi surpreendente e impactou várias áreas”, conta.

Com o novo sistema, diminuíram os atos de indisciplina, já que o preso sabe antecipadamente quando será a sua audiência e sabe também que faltas graves prejudicam a concessão dos benefícios. A nova organização da pauta e do sistema de trabalho garantiu ainda que o direito à liberdade não fosse ameaçado e tranquilizou famílias e advogados, que diminuíram as idas à secretaria para obter informações. “Os custos para o Estado também são menores, pois os gastos com a manutenção do condenado em regime fechado são altos”, lembra o juiz. Desde o início da nova rotina, o magistrado afirma que as inspeções carcerárias se tornaram bem mais tranquilas. Se o condenado não tem falta grave, as audiências também são bem rápidas.

Um dos impactos da nova medida foi o aumento significativo de audiências na pauta. Por outro lado, diminuiu a carga de processos que são encaminhados para os despachos do juiz. “Inicialmente, não pensei em inscrever essa proposta no Prêmio Innovare, porque ela é bem simples. Mas foi a simplicidade da prática, que não tem nenhum custo de implantação, que parece ter motivado a premiação. Foi um reconhecimento do trabalho de todos.”

A proposta do magistrado consiste, basicamente, em uma mudança na metodologia de trabalho na vara de execução penal, fazendo uso de ferramentas que já estão disponíveis nas comarcas

O objetivo do Prêmio Innovare é identificar, premiar e disseminar práticas que sejam inovadoras e contribuam para o funcionamento da Justiça brasileira, desenvolvidas por magistrados, integrantes do Ministério Público, defensores públicos e advogados. Em 2013, foram premiados 18 dos 463 trabalhos inscritos. Ao longo do ano passado, os consultores do Instituto Innovare visitaram várias partes do país, avaliando pessoalmente as práticas inscritas e verificando a sua aplicação e potencial de adoção em outras regiões.

Pequena cidade pequena

Vander Pinto

Nova União, situada às margens da BR 381, é uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte com pouco mais de 5 mil habitantes. Apenas 55km de asfalto a separam da capital mineira, no entanto a urbanização parece não ter chegado a esse canto de mundo.

Cercada por uma vegetação que varia entre a mata atlântica e o cerrado, a cidade possui diversas cachoeiras ao longo do rio Preto, afluente do rio das Velhas. Outras belezas naturais podem ser encontradas pelas terras da pacata Nova União, como a cadeia de serras do Espinhaço e o pôr do sol no distrito de Altamira, distante 17 km do centro. A estrada de chão dificulta o acesso, porém vale a pena vencer o percurso para assistir ao espetáculo do sol se escondendo por trás da serra da Mutuca enquanto se sente o ar despoluído no rosto. A cachoeira Alta e a ponte sobre o rio Preto, em Altamira de Cima, são locais certos de visita o ano inteiro.

Com casinhas típicas de interior cujos telhados coloniais lembram o mar de morros de Minas, a praça da matriz é outro local favorável à visitação. A cidade fica 937m acima do nível do mar, o clima é frio, mas não chega a ser desagradável.

Além dos pontos turísticos ecológicos, o município se destaca pelo artesanato e pelas festas típicas, entre elas a festa da banana. A fruta é o carro-chefe da economia na região, e milhares de toneladas são produzidos todos os anos, com os mais

variados destinos. O Mercado Central e o Ceasa de Contagem são os principais locais de revenda.

Quem visita Nova União não acredita que um clima de interior como o da região possa estar tão perto de um grande centro urbano, e essa proximidade com Belo Horizonte é fator atrativo para os tu-

Além dos pontos turísticos ecológicos, o município se destaca pelo artesanato e pelas festas típicas

ristas. Aos finais de semana, os moradores de Nova União e os visitantes se incorporam ao meio ambiente, e é difícil discernir os nativos das pessoas de fora.

“Vai diminuindo a cidade. Vai aumentando a simpatia. Quanto menor a casinha. Mais sincero o bom dia.” A música, composta por John Ulhoa e gravada pela banda mineira Pato Fu, é síntese dessa pequena cidade pequena. A voz de Fernanda Takai, intérprete da banda, passa calma e tranquilidade, assim como a população local. A simplicidade possibilita esquecer complicações rotineiras das grandes metrópoles. Quase todos se cumprimentam, ainda

que não se conheçam. Esse é o espírito mineiro. O jeito de ser uai.

Serviço

O ônibus intermunicipal da empresa Saritur, linha 4882, sai da rodoviária de Belo Horizonte e chega a Nova União em cerca de uma hora. A passagem custa R\$ 8,25 para ir até o centro da cidade. Para ir aos distritos mais afastados, é preciso utilizar a única linha municipal de ônibus. Os preços variam de acordo com a distância, podendo chegar a R\$ 7,50 para o distrito de Altamira, que é o ponto final da empresa SMTransportes.

As opções de pousadas, apesar de ainda serem poucas, atendem ao número de turistas que visitam a cidade. As diárias podem variar de R\$ 100, para casal, nas mais simples estadias do centro, até R\$ 500, em pousadas de luxo recém-inauguradas no distrito de Altamira de Cima. Os restaurantes oferecem comida típica mineira, com preços de R\$ 10 a R\$ 50 por pessoa.

Para concluir o passeio por Nova União, é interessante fazer uma visita à fazenda Germana, que fica a 5km do centro do município e dá nome à cachaça mais famosa da região. Lá, é possível experimentar a bebida direto do alambique onde é produzida.

■ Cercado por uma vegetação que varia entre a mata atlântica e o cerrado, o município possui diversas cachoeiras ao longo do rio Preto, afluente do rio das Velhas



Cursos têm mais de 21,5 mil participações

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) contabiliza os resultados do ano de 2013: foram, exatamente, 19.846 participações de magistrados, servidores, do público externo e de colaboradores da Justiça nos 214 cursos promovidos pela equipe de formação permanente, em um total de 3.959 horas-aula. Entre os cursos, 14 deles obtiveram o credenciamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), abrangendo carga horária de 255 horas-aula. Na área de formação inicial, a

carga horária foi de mais 998 horas-aula, sendo nada menos que 663 horas-aula credenciadas pela Enfam, com 1.787 participantes.

Os números são expressivos, uma vez que a Enfam exige 40 horas-aula anuais de formação permanente e 60 horas-aula anuais para os cursos de vitaliciamento, além das horas destinadas ao curso de formação inicial, destaca o 2º vice-presidente e superintendente da Escola, desembargador José Antonino Baía Borges. Neste encarte especial, saiba mais sobre os cursos realizados e a programação de 2014 da Escola do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



Fotos: Marcelo Albert

O 2º vice-presidente Baía Borges, o ministro Fernando Gonçalves e o presidente Herculano Rodrigues: abertura do Curso para Ingresso na Magistratura

Concluído o curso, foram empossados, em cerimônia realizada no Fórum Lafayette, 96 juízes de direito substitutos que passaram a atuar em diversas comarcas do Estado



Ações da Escola Judicial têm

Fotos: Marcelo Albert



O desembargador Baía Borges e a diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas, Mônica Sá

“É imprescindível que o juiz tenha uma fonte de atualização e aprimoramento constante, e a Escola Judicial tem-se notabilizado por isso. Sempre é possível aperfeiçoar, mas já se percebem avanços fenomenais. Os cursos têm cada vez mais qualidade, com professores cada vez mais capacitados”, destaca a juíza da 7ª Vara de Família da comarca de Belo Horizonte, Fabiana Cunha Pasqua.

O depoimento do servidor Tomás de Aquino Silveira, da Central de Taquigrafia, mostra a trajetória da escola. Ele se lembra de cursos realizados há dez anos, inclusive com a presença de personalidades do mundo artístico, cultural e empresarial: “Todos foram de altíssimo nível”. Recentemente, participou do curso de latim, ao qual fez vários elogios. Depois de defender a importância de se investir mais nos servidores, ele declara: “Mesmo já próximo da aposentadoria, entendo que jamais estamos ‘prontos’, sempre havendo razão para a continuidade de nossa formação, e desejo para isso”.

Esses depoimentos refletem o conceito positivo da Ejef, também percebido nas pesquisas realizadas ao final de cada curso. De um modo geral, as ações e os professores ou instrutores são muito bem avaliados. Isso vem demonstrar o empenho em oferecer boas opções de treinamento, com a imprescindível participação do comitê técnico e de toda a equipe da escola, frisa o desembargador Baía Borges. Ele ressaltou o empenho do superintendente adjunto, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, que também integra o comitê, juntamente com os desembargadores Antônio Armando dos Anjos e Heloísa Combat e o juiz Genil Anacleto Rodrigues Filho. A atuação do desembargador Tiago Pinto, coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Ronaldo Cunha Campos, também foi elogiada pelo superintendente.

O desembargador Baía Borges resalta, como fatores de sucesso, as parcerias com outras instituições renomadas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como o aproveitamento dos talentos da Casa – magistrados e servidores têm atuado como instrutores de vários cursos, compartilhando informações e experiências com as equipes do TJMG. Para a diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas, Mônica Sá, a oferta de cursos presenciais e a distância possibilita o aumento do público atendido e a expansão das ações para as várias comarcas do Estado.

Cursos oferecidos

Alguns cursos são formatados mediante demanda dos órgãos ou setores do Tribunal e visam atender necessidades pontuais de treinamento da equipe, esclarece a gerente de Formação Permanente, Thelma Regina Cardoso. Nesse perfil, foram disponibilizados os cursos Educação Corporativa, Planejamento Estratégico, Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Treinamento em Políticas Públicas, Processo Judicial Eletrônico, Atualização em Rotinas Administrativas, Aspectos da Execução das Penas Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Medidas de Segurança, Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro, Rotina para Produção de Acórdãos, entre outros.



Gerente de Formação Permanente, Thelma Cardoso, na abertura do seminário

avaliação positiva



No total, 441 assistentes sociais estiveram reunidos em Belo Horizonte

Existem ações consolidadas, desenvolvidas em parcerias com outros órgãos do Judiciário, que possuem grande adesão e já fazem parte do calendário da instituição. Entre elas, merecem destaque o Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor) e o dos juizes dos Juizados Especiais. Em 2013, foram realizados o 13º e o 14º Encor, no Alto Caparaó e em Araxá, com a participação total de 178 magistrados. O Encontro dos Juizados reuniu 150 magistrados.

Em razão da demanda e abrangência, vários cursos já fazem parte de programas perenes, sendo reformulados constantemente, com ofertas de turmas novas a cada ano. Nesses casos enquadram-se os cursos Língua Portuguesa, Capacitação de Conciliadores e Mediadores, Excelência no Atendimento, o Programa de Desenvolvimento Gerencial e os treinamentos para atuação no sistema Themis, entre outros. Os investimentos para aprimorar o atendimento estão inseridos dentro do Programa

Atitude Legal, que parte do pressuposto de que a excelência é uma construção de todos: equipe interna, parceiros e usuários da Justiça.

Como resultado de iniciativas que possuem continuidade e êxito comprovados, precisam ainda ser destacados o 12º Encontro de Gestores da Capital, o 11º Encontro de Gestores da Primeira Instância, o 8º Seminário das Assistentes Sociais, o 7º Encontro Regional dos Profissionais dos Polos de Saúde, o 5º Seminário Judiciário para Comunicadores: Crime e Saúde Mental, o 4º Seminário de Política Criminal e Execução Penal e o Curso Jurídico Regional (Cjur), que, no ano passado, abordou o tema violência doméstica.

Outras iniciativas

No rol das ações, estão também o Programa Viva Bem Mudando sua Postura de Vida e o seminário Assédio Moral e Gestão das Relações Humanas no

Trabalho. As coordenações das iniciativas de formação permanente estão a cargo das servidoras Lorena Belleza, responsável pela capital, e Pauline Salmen, pelas comarcas do interior. A participação da equipe do Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais (Nudhs), sob a coordenação da psicóloga Marília Miranda, é fundamental em ações desenvolvidas pela escola.

Credenciamento da Enfam

Os cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) são essenciais para a promoção dos magistrados na carreira. Conforme explicam os organizadores, trata-se de um trabalho minucioso. É apresentado um projeto, com descrição, justificativa e objetivos, currículo dos instrutores, devendo ser respeitada a carga horária mínima de 20 horas.

No ano passado, foram disponibilizados, na área de formação permanente, os cursos Aspectos Controversos do Direito Bancário e dos Títulos de Crédito, Estudos sobre a Parte Geral do Código Penal, Temas Modernos de Direito Empresarial, Direito de Família e das Sucessões e Latim Magistral. No interior, foram promovidas as seguintes atividades também credenciadas pela Enfam: 3º e 4º Cursos Regionais de Atualização em Justiça Infantojuvenil para Magistrados, em Juiz de Fora e Montes Claros, respectivamente; Curso Jurídico Direito das Famílias e II Encontro IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), em Uberlândia; 3º Curso para Magistrados sobre o Método APAC, em São João del-Rei; e Curso Jurídico: Novos Paradigmas no Direito da Criança e do Adolescente, também em Uberlândia.

Mais de 66% das horas-aula desenvolvidas pela equipe de formação inicial, ou seja, dois terços, tiveram o necessário credenciamento da Enfam. Trata-se do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura e do Programa Vitaliciar, que precede o vitaliciamento dos juizes substitutos.

Oportunidades no interior

Muitas das iniciativas voltadas, especificamente, para o interior acompanharam a tendência da continuidade, reforçando temas essenciais ao aprimoramento dos serviços. O Programa de Atualização Gerencial do Interior (Agir) teve a sua terceira edição. Foram ainda ministrados o 8º Curso Preparatório Psicossocial Jurídico – Adoções Necessárias, vários cursos de capacitação em mediação e conciliação, os cursos Medidas Cautelares, Rotinas de Secretaria Criminal, entre outros. Algumas novidades também foram incluídas na programação, como os cursos Precatórios e RPVs (requisições de pequeno valor), Malote Digital e Administração do Tempo.



Gerente de Recrutamento, Seleção e Formação Inicial, Mariângela Mazôco, abre curso da Ejef

A preparação para o ingresso na carreira exige cursos extensos, com módulos distintos para abordagem de temas variados, além de aulas práticas, explica a gerente de Recrutamento, Seleção e Formação Inicial, Mariângela Mazôco. Nesse formato, foi desenvolvido, de dezembro de 2012 a abril de 2013, o 3º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, com carga horária de 543 horas-aula. O curso, de caráter eliminatório e classificatório, foi a última etapa do concurso para o cargo de juiz de direito substituto (Edital 01/2010). Foram convocados os 109 candidatos aprovados na quinta etapa do concurso, sendo empossados, ao final, 96 magistrados.

O Programa Vitaliciar é oferecido com base em duas ações principais: o acompanhamento e a avaliação da prática judicante e os cursos de aperfeiçoamento. A primeira, com carga horária de 80 horas, é centrada na avaliação das decisões judiciais e no atendimento individual oferecido pelos orientadores. A segunda ação consiste em dois cursos presenciais, com 20 horas cada. O primeiro curso foi realizado em novembro de 2013. Nos dois anos do vitaliciamento, a Enfam exige 120 horas-aula de formação.

Já o Programa Servidor Integrado (Serin) teve a participação de 724 novos servidores da Primeira e da Segunda Instâncias em estágio probatório. Sua finalidade é promover a integração dos servidores com a instituição, bem como o seu aperfeiçoamento técnico e humano-social. Com vistas ao aperfeiçoamento do Serin, houve cursos de atualização de instrutores dos Núcleos Regionais da Ejef, os quais capacitaram 153 servidores. Foram, ainda, realizados em Belo Horizonte

Preparação para ingresso na carreira: outro referencial da escola

quatro treinamentos para a Primeira e a Segunda Instâncias, com a participação de 213 servidores. Na modalidade a distância, 358 servidores participaram dos cursos Excelência no Atendimento e Rotinas de Secretaria Criminal. A coordenadora de Formação Inicial, Ana Paula Prosdoci, destaca a importância da parceria com o Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais para a promoção de cursos.

Ressalta-se ainda o 3º Curso Justiça Restaurativa, com 62 participantes, desenvolvido com a Assessoria da Gestão da Inovação (Agin), com carga horária de 63 horas. A instrutora foi a psicóloga Monica Mumme. Dois cursos a distância para comissários da infância e da juventude foram realizados, com a participação de 157 efetivos e voluntários. Outra novidade foi o treinamento, com carga horária de cinco horas, para intérpretes voluntários da Copa das Confederações. Realizou-se também o Treinamento em Conciliação – Copa das Confederações para 18 magistrados e 22 servidores dos Juizados Especiais de Belo Horizonte. As ações seguiram as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Programação de 2014

Para este ano, a Escola Judicial continuará atendendo às demandas de formação inicial, além das necessárias ações de formação continuada. No calendário, estão previstas mais de 60 edições dos cursos de capacitação em mediação e conciliação, de temas jurídicos diversos e de português, além de encontros já consolidados, como o Encor e o Cjur.



Programa Servidor Integrado (Serin): capacitação de 724 novos servidores em 2013